

EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Mônica Mota Tassigny
Universidade de Fortaleza, Brasil

As relações entre capitalismo, trabalho e educação têm sido objeto de consideração de diversos analistas. Questiona-se se a força produtiva tem se tornado descartável, se os atuais avanços tecnológicos tem dado nova qualificação para os trabalhadores; indaga-se se o trabalho diminuiu de importância na vida das pessoas, se o trabalho vem exigindo um perfil de escolaridade mais complexo como o politécnico ou se apenas um perfil polivalente e por fim, se as novas formas de organização do trabalho, baseadas nos avanços tecnológicos têm permitido um alargamento da base de conhecimentos dos trabalhadores.

Entre as questões mais importantes da atualidade está a de uma caracterização do curso do capitalismo neste início de século. A angústia vivida por grandes contingentes de trabalhadores, praticamente no mundo todo, vem da constatação da degradação acelerada das condições de vida: "(...) ressurgimento e permanência do desemprego, precariedade das condições de existência, destruição da proteção social, ressurgimento da fome ou, mesmo onde não há fome, novas epidemias (...)" (CHESNAIS, 1997, p.7).

A expressão "mundialização do capital" ou "globalização da economia" exprime, na falta de termo melhor, o fato de estarmos dentro de um novo contexto de liberdade quase total do capital para se desenvolver e valorizar-se, deixando de submeter-se aos entraves e limitações que fora obrigado a aceitar no período pós-1945, principalmente na Europa. Entretanto, esse capitalismo "liberto" dos entraves que o limitaram durante 40 ou 50 anos não é um capitalismo "renovado". Ele simplesmente reencontrou bases mais adequadas de revigoramento do mercado e de extração de mais valia.

Ao exame do quesito economia e produção, os estudos apontam para mudanças no mundo do trabalho, grosso modo denominadas de "reestruturação produtiva", ocorridas a partir do incremento de novo patamar tecnológico à produção. Essas mudanças tecnológicas surgiram entre as décadas de 40 e 50 (MACHADO, 1992), principalmente nos países desenvolvidos e marcam a transição de uma sociedade industrializada para uma sociedade "tecnizada" (IDEM).

A sociedade "tecnizada" não é a sociedade industrial mais desenvolvida. Trata-se de algo novo, que não modifica a essência do modo de produção capitalista, mas lhe traz novos contornos, sobretudo nas exigências de qualificação¹ do trabalhador.

Na sociedade industrial o mundo da produção tinha como paradigma a organização de unidades fabris que concentravam grande número de trabalhadores distribuídos em uma estrutura verticalizada e hierarquizada, cuja finalidade é a produção em massa para atender demandas relativamente homogêneas, dentro das possibilidades de aplicação da eletro-mecânica.

¹ Qualificação no sentido de um conjunto de qualidades físicas e mentais que compõem a capacidade de trabalho. Todavia, sob as relações capitalistas, essa capacidade assume uma determinação social particular: vem marcada pelo processo de extração de mais-valia, portanto, traz a marca da exclusão.

A base taylorista-fordista (KUENZER, 2002) exigia dos trabalhadores um cumprimento rigoroso de normas operatórias, prescrição de tarefas e disciplina no seu cumprimento.

Nessa perspectiva, era suficiente alguma escolarização, curso de treinamento profissional e muita experiência, que combinavam o desenvolvimento de habilidades psicofísicas e condutas com algum conhecimento, apenas o necessário para o exercício da ocupação.

Compreender os movimentos e os passos necessários a cada operação, memorizá-los e repeti-los em determinada seqüência demandavam uma pedagogia (IDEM) que objetivasse a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados.

No Brasil, urge esclarecer que a sociedade tecnizada surge quando a sociedade de base taylorista-fordista ainda não se esgotou, contudo, a introdução da microeletrônica, a partir dos anos de 1990, constitui-se um fato constatável em vários setores da vida produtiva (industrias automobilística, de tecidos etc) e tem acarretado conseqüências importantes para o movimento de desqualificação e qualificação da força de trabalho, conforme as explicações que seguem.

A mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica, passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais tais como: capacidade de análise, síntese, rapidez de respostas, criatividade diante de situações inesperadas, interpretação e uso de diferentes linguagens, capacidade para trabalhar em grupos etc. As demandas do processo de valorização do capital, dentro desse novo paradigma produtivo chamado de “toyotismo” (de inspiração japonesa), exigem a educação de trabalhadores de novo tipo para adequação aos métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho.²

Com a aplicação da microeletrônica, os equipamentos tornam-se mais “flexíveis” e podem ser programados para diversas finalidades, o que oportuniza atender à crescente diversificação do mercado. A parcela de trabalhadores que tem acesso à programação precisa se apresentar com maior qualificação. Encontram-se também, trabalhadores reduzidos a funções elementares de preparação e vigilância do equipamento, com características de trabalho repetitivo e fragmentado.

A essa base produtiva correspondem processos de trabalho flexíveis e flexibilização das funções. Essa flexibilização (trabalho e funções) traz a possibilidade de uma redução dos níveis de divisão e fragmentação do trabalho, pois oportuniza a intercambialidade de funções favorece a polivalência, com novo perfil de qualificação da força de trabalho³. Em linhas gerais pode-se afirmar que estão postas as necessidades de: posse de escolaridade básica, compreensão global de um conjunto de tarefas e elevação da capacidade de abstração e de seleção e trato de informações.

Todavia, nem todos que manejam novas tecnologias têm o conteúdo do trabalho flexibilizado. Muitos ficaram reduzidos a execução de tarefas simples como observar alarmes, ligar/desligar máquinas etc.

² Os métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho, exigem não só novas habilidades dos trabalhadores, como nova pedagogia. Essa encontra sua melhor expressão na pedagogia das competências, produção recente sobre a qual já se encontra abundante literatura, e também severas críticas.

³ A alteração no âmbito da qualificação dá-se por dois mecanismos: uma flexibilização por agregação de novas funções para cada trabalhador (polivalência, multi-habilitações) e por novo perfil de qualificação, demandando capacidade de abstração. Toda via, esta nova realidade do trabalho e da qualificação não é geral. Convivem formas de organização rígidas de trabalho e trabalhadores semiquificados.

Numa formação social com a brasileira caracterizada por um processo de desenvolvimento capitalista desigual, convivem, lado a lado, o proletariado tradicional fruto do processo de industrialização, com salários e níveis educacionais baixos, instabilidade no emprego, precarização das relações de trabalho e desempenho de funções desqualificadas e taylorizadas, um pólo reduzido de um novo tipo de trabalhador. Esses desfrutam de salários e níveis educacionais mais elevados, alta qualificação para o manejo de tecnologias na produção e desfrutam de relativa estabilidade no emprego.

Quanto à qualificação do trabalhador, se é verdade que dentro da nova base técnica, encontram-se elementos novos que apontam para a recuperação do controle do saber na produção, a polivalência exigida do trabalhador tem sido, simplesmente, trabalho mais variado, e não tem obrigatoriamente significado intelectualização do trabalho. É suficiente, para ser um trabalhador flexível e polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis no ambiente de trabalho, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho.

A polivalência tem se apoiado no uso cientificista da ciência sujeitando o conhecimento à mera instrumentação utilitarista. Nesses termos a unitariedade do pensar e do fazer apregoada pelo toyotismo não conseguiu superar o caráter de superficialidade e fragmentação do conhecimento, embora possa se constatar uma ampliação da qualificação do trabalhador ao lidar com diferentes instrumentos técnico-científicos na produção.

Para concluirmos, afirma-se: a construção de um saber polivalente depende de educação básica, mas sem que seja necessária uma grande revolução na escola. Na verdade, o trabalhador polivalente se faz no trabalho, embora se detecte, na atualidade, necessidade de elevação do nível de escolaridade. Aqui faz-se necessário esclarecer que embora a qualificação polivalente represente um avanço frente às formas taylorizadas e fordistas, ela apresenta apenas um avanço relativo. A ciência ainda permanece monopólio do capital.

Contrapõe-se ao “Saber Polivalente”, a construção do “Saber Politécnico”. Esse último pressupõe uma total revolução do ensino básico e da formação nos cursos profissionalizantes. A formação politécnica se insere dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado. Guarda relação, portanto, com luta de libertação das forças produtivas das amarras impostas pelo capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- COGGIOLA, Osvaldo. *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997
- FERRETI, Celso J. [et. al.]. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, R. J.: Vozes, 1994.
- FRIGOTTO, G; MACHADO, L. R. DE S; KUENZER, A. [et. al.] *Trabalho e Educação*. Campinas, S.P: Papirus/Cedes, ANPED, 1992.
- SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C (orgs.) *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, S.P: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

TASSIGNY, M. M. A categoria Trabalho como Princípio Educativo e o Debate Educacional Sobre a Relação Trabalho e Educação *In: A Crise do Mundo do Trabalho no Capitalismo Global*. Cadernos de Pós-Graduação Brasileira da UFC, Coleção Diálogos Intempestivos ed. Fortaleza : Editora LCR, 2002, v.4, p. 155-166.

TASSIGNY, M. M. Le Fondement Ontologique de la Relation Travail-Education *In: Congress Marx International*, ANAIS, Paris: Sorbone, 2001.

TASSIGNY, M. M. Ética, Ontologia e Educação. *Revista Brasileira de Educação* n. 25, jan.-abril 2004. pp. 82-93.